



ACÓRDÃO Nº 241/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1765/2011.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Política Fundiária – SPF.
- 4- **Exercício:** 2010.
- 5- **Responsável:** Sr. George Tasso Lucena Sampaio Calado – Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD-MA e SECEX.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1594/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls.705/726).
- 8- **Relator:** Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF. Exercício de 2010.

Irregularidade. Multa.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, em **consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. À unanimidade:

- 9.1.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. George Tasso Lucena Sampaio Calado**, responsável pela Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF, à época, exercício de 2010, nos termos do inciso I do art. 1º, da alínea “b” do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei Estadual nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais;
- 9.1.2. **Determinar à origem**, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que realize planejamento de compras a fim de que possam ser feitas aquisições de produtos da mesma natureza de uma só vez, pela modalidade de Licitação compatível com a estimada totalidade do valor a ser adquirido, abstendo-se de utilizar, nesses casos, o art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93 para justificar a Dispensa de Licitação, por se caracterizar



ACÓRDÃO Nº 241/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

fracionamento de despesas.

- 9.2. Por maioria, nos termos do voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva: Aplicar Multa ao Sr. George Tasso Lucena Sampaio Calado** no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, devendo ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 21 de Março de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Conselheiro-Convocado e Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral